

Célio Azevedo



Cristovam (ao centro) coordena debate sobre projeto que tramita na comissão

Proteção a conteúdo em meios eletrônicos gera polêmica

Manifestações de crítica e apoio foram apresentadas a projeto que restringe a brasileiros a produção de conteúdo para distribuição por meio eletrônico. A proposta, que tramita na Comissão de Educação, foi debatida em audiência

com representantes de setores envolvidos. Provedores de acesso à internet observaram que o projeto não se aplica à rede, que tem caráter internacional. Outros participantes defenderam apoio à cultura nacional. **Página 8**

Mesa decide na terça pedido de perícia em documentos de Renan

Adiamento provoca prolongada discussão no Plenário: enquanto oposição denuncia manobra protelatória, aliados do presidente do Senado apontam batalha política contra o governo. Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pede que Polícia Federal esclareça 30 quesitos, entre eles a legitimidade de papéis referentes à venda de reses e a evolução patrimonial. **Páginas 3 a 5**

Gerardo Magela



Gerardo Magela



Gerardo Magela



Na presidência da Mesa, César Borges recebe relatores e presidente do Conselho de Ética. No Plenário, Inácio Arruda aponta manobra política e defende Renan – alvo de críticas de vários senadores da oposição

CCJ busca no Supremo subsídios para combater impunidade

Senadores integrantes de um grupo de trabalho criado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) estiveram ontem com a presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie, em busca de subsídios para aperfeiçoar a legislação e combater a impunidade. Magistrados de todo o país serão consultados sobre uma pretendida reforma do Código de Processo Penal. **Página 6**

Ellen Gracie, Ideli, Mozarildo e Tuma: em busca de soluções que agilizem os julgamentos



Jane Araújo

Projeto autoriza o Executivo a criar três ZPEs

Municípios do Pará e de Rondônia podem ser beneficiados com decisão da Comissão de Desenvolvimento Regional. **Página 2**



Projetos de Flexa Ribeiro e Raupp acolhidos pela CDR autorizam a criação de ZPEs em Marabá, Santarém e Vilhena. A matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos

Municípios do Pará e de Rondônia poderão ter zonas de exportação

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou, ontem, autorização ao Executivo para a criação de três zonas de processamento de exportação (ZPEs), nos municípios de Marabá (PA), Santarém (PA) e Vilhena (RO). Os três projetos seguem agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Ao propor o PLS 352/07, que autoriza a criação da ZPE de Vilhena, Valdir Raupp (PMDB-RO) argumentou que a instalação de novas empresas, atraídas pelo regime aduaneiro e cambial especial, pode acarretar a geração de empregos e renda, indispensáveis para garantir a melhoria das condições de vida da população local.

Para Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – autor do PLS 356/07 e do 357/07, propondo autorização de ZPEs em Marabá e Santarém –, a criação das zonas de exportação



Senadores da CDR acolhem propostas sobre zonas de exportação, que seguem para a CAE

possibilitará que o estado, bastante prejudicado em suas exportações de *commodities*, sem valor agregado, possa vir a se beneficiar da Lei Kandir, que somente contempla a exportação de produtos industrializados. “A nova legislação aprovada proporcionará às ZPEs a possibilidade de trazer, aos municípios onde se instalam, maior dinamismo empresarial, difusão tecnológica e desenvolvimento econômico”, argumentou.

Também ontem, a CDR adiou a votação do PLS 455/03, que estabelece diretrizes para aplicação dos recursos financeiros públicos administrados pela Caixa Econômica Federal, no contexto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Na mesma reunião, o senador Valdir Raupp pediu vista do PLS complementar 261/07, que visa recriar a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul).

Jonas Pinheiro anuncia pacote de renegociação das dívidas rurais

O governo federal está concluindo o processo de renegociação das dívidas dos produtores rurais que vencem em 2007, por meio do alongamento de prazos para que a quitação dessas pendências seja efetuada no final de 2008, anunciou Jonas Pinheiro (DEM-MT).

De acordo com o senador, o governo encaminhará em breve proposta nesse sentido ao Congresso, concedendo também o

prazo de adesão aos novos planos até 28 de setembro.

A renegociação permitirá aos produtores que cumprirem as regras dos novos contratos a obtenção de novos recursos financeiros pelos fundos constitucionais regionais e outras modalidades de crédito rural, frisou. Segundo a proposta acordada, conforme Jonas, as parcelas vencidas e vencidas em 2007, das operações de



Segundo Jonas, dívidas que vencem este ano poderão ser quitadas no final de 2008

custeio das safras de 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, serão prorrogadas por um ano após o vencimento da última parcela.

Lúcia Vânia aponta deficiências no processo orçamentário

Antes da aprovação, na quarta-feira, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008, Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que havia deficiências no processo orçamentário que resultavam na usurpação, por parte do Executivo, das atribuições do Parlamento.

Uma das preocupações da senadora era o dispositivo constante do projeto da LDO que permitia ao governo federal executar um doze avos por mês das despesas de capital constantes do Orçamento de Investimento, das despesas de capital relativas aos projetos em andamento e de outras despesas correntes de caráter inadiável. Tal dispositivo, conhecido como “duodécimo”, seria, segundo a senadora, um incentivo à não aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) no prazo legalmente previsto – até dezembro.

Esse dispositivo foi modificado quando a LDO foi aprovada. Com a alteração, ficou proibida a liberação de duodécimos de investimentos em andamento caso o Orçamento não seja aprovado.



Célio Azevedo

Lúcia Vânia protesta pela não atualização dos valores da tabela do SUS na LDO

Outro ponto da LDO destacado por Lúcia Vânia foi a não atualização dos valores da Tabela de Procedimentos Ambulatoriais e Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS). Havia sido proposto reajuste de 15% na tabela, com o qual o governo não concordou.

– A não atualização da tabela pode comprometer a oferta e ampliação de serviços já pactuados no âmbito do SUS, e inviabilizar a implantação de novos serviços necessários à melhoria das condições de saúde da população – disse.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

Às 9h, o Plenário reúne-se em sessão não-deliberativa, destinada a pronunciamentos, avisos da Mesa e das lideranças, leitura e

apresentação de novas propostas, entre outros. Na terça-feira será realizada a última sessão antes do recesso parlamentar.

Rádio Senado detalha pacote antiviolação

O programa *Reportagem Especial* de hoje, às 20h, dará aos ouvintes da Rádio Senado a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o chamado pacote antiviolação,

com projetos que modificam o Código Penal, como a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Reprises amanhã, às 10h; e no domingo, às 17h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, César Borges e Gerson Camata e pela senadora Patrícia Saboya

Conselho de Ética do Senado também encaminhou à Mesa diretora pedido para que Renan Calheiros apresente documentos adicionais em sua defesa

Mesa decide terça-feira sobre solicitação de perícia à PF

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado entregou na tarde de ontem à Mesa diretora a solicitação para que a Polícia Federal conclua sua perícia sobre os documentos apresentados pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, em sua defesa. Segundo representação do PSOL, Renan teria parte de suas despesas pessoais pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior. A Mesa se reunirá na terça-feira para decidir sobre o pedido.

Na reunião do colegiado que antecedeu a entrega da solicitação, o senador Almeida Lima (PMDB-SE) – um dos três relatores do processo contra o presidente do Senado – discordou do pedido. Ele declarou que a Polícia Federal só poderia realizar a perícia com a autorização do Supremo Tribunal Federal. Mas os outros dois relatores, Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-ES), votaram favoravelmente à solicitação, argumentando que não se trata de um processo criminal, mas sim administrativo.

Almeida Lima disse que a Constituição, no artigo 102, estabelece que a Polícia Federal somente pode promover atos de investigação e de produção de

provas que envolvam membros do Congresso quando houver a autorização prévia do Supremo Tribunal Federal.

– E periciar é produzir provas – disse o senador, acrescentando que a solicitação foi assinada por ele, mas com a ressalva do voto vencido.

Renato Casagrande, por outro lado, afirmou que a colaboração da Polícia Federal até poderia ser questionada caso se tratasse de um processo criminal, mas que neste caso o que há é um processo administrativo-parlamentar.

– Não se trata de uma investigação, mas de uma perícia de documentos que nós estamos oferecendo à PF – argumentou ele, ressaltando que a decisão está apoiada no artigo 19 da resolução que regulamenta o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

Mais documentos

Além da solicitação de perícia, o Conselho de Ética também entregou ontem o pedido para que Renan apresente documentos

adicionais na sua defesa. Marisa Serrano observou que estão nessa lista os itens que, segundo a Polícia Federal, faltam para uma conclusão definitiva. Ela ressaltou ainda que o presidente do Senado terá um prazo de cinco dias para entregar tais papéis, embora não

esteja obrigado a fazê-lo.

– São poucos documentos – explicou a senadora, citando como exemplo a primeira via de notas fiscais.

Segundo Marisa, o conselho vai requisitar a Mônica Veloso, jornalista que é mãe de uma filha

de Renan, e a Cláudio Gontijo, funcionário da Mendes Júnior, as datas e os locais em que este último repassou dinheiro para a jornalista.

– Esperamos ter, até o final do recesso, toda a documentação que pedimos – disse a senadora.



Pedido foi entregue a César Borges (C), na presidência da sessão do Senado, por Renato Casagrande, Almeida Lima, Quintanilha e Marisa Serrano

Documento do conselho define 30 quesitos para orientação do trabalho

No pedido encaminhado ontem à Mesa do Senado para conclusão da perícia nos documentos do senador Renan Calheiros pela Polícia Federal, o Conselho de Ética elenca 30 quesitos que deverão orientar a continuidade das investigações. Os quesitos foram elaborados a partir das sugestões feitas pelo representado, Renan, e pelo PSOL, autor da representação por quebra de decoro parlamentar.

O conselho deseja que a perícia esclareça, por exemplo, se as notas fiscais apresentadas pelo senador são autênticas, válidas ou legítimas; se as Guias de Transporte de Animais (GTAs) apresentadas e as primeiras vias das notas

fiscais também são autênticas e se há relação entre as notas e as GTAs; se são autênticas as declarações de Imposto de Renda e os extratos bancários; se há compatibilidade entre os recibos de venda de gado e os depósitos em contas bancárias; ou se é possível afirmar que as operações de venda de gado descritas nas notas fiscais do produtor ocorreram efetivamente conforme suas descrições.

O colegiado considera pertinente analisar a evolução patrimonial de Renan no período de 2002 a 2006 a partir das declarações de Imposto de Renda e verificar se essa evolução patrimonial é compatível com a renda declarada, bem como se essa

renda, que seria oriunda de atividade rural, é compatível com as notas fiscais de produtor.

Valores

Há ainda questionamentos sobre os valores das transações informados nos documentos apresentados. Os relatores querem saber se os valores das vendas efetuadas refletem a média praticada no mercado de compra e venda de gado no estado e região em que foram vendidos, ou se poderia caracterizar-se algum tipo de superfaturamento.

Em relação aos pagamentos à jornalista Mônica Veloso, a perícia deverá averiguar se o senador teria, de fato, capacidade econômico-financeira para satisfazer os

compromissos alimentícios que teria honrado (o senador é acusado de ter usado recursos da empreiteira Mendes Júnior para pagar a pensão da filha de três anos). Questiona-se se há saques em dinheiro ou transferências bancárias das contas do senador coincidentes ou correspondentes aos valores e ao período em que a jornalista recebeu os recursos (entre janeiro de 2004 e dezembro de 2006).

O documento foi assinado pelos três relatores do processo – Renato Casagrande, Marisa Serrano e Almeida Lima – e pelo presidente do conselho, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), com ressalva do representante de Sergipe.

Almeida Lima disse entender que a solicitação da perícia seria incompatível com a competência do conselho e da própria Mesa, já que, observou, o Supremo Tribunal Federal tem decidido reiteradamente que “para qualquer investigação que se pretenda realizar contra membro do Congresso Nacional, a cargo da Polícia Judiciária, no caso a Polícia Federal, torna-se imprescindível a prévia autorização daquela corte”.

Uma vez enviada a solicitação – a reunião da Mesa para decidir a respeito será terça-feira –, a Polícia Federal deverá concluir as investigações no prazo de 20 dias.

Decisão de convocar a Mesa para terça-feira, a fim de formalizar pedido de perícia em documentos de Renan, causa prolongada discussão no Plenário



Fotos: Gerardo Maggela

Jereissati (E), diante de César Borges, Sérgio Guerra e Marconi Perillo, diz que a crise chegou ao limite. Wellington (foto ao centro) observa que Renan tomou a decisão cabível. Virgílio (foto à dir.) rebate críticas de Inácio Arruda

Oposição protesta. Aliados apontam batalha política

A decisão do presidente do Senado, Renan Calheiros, de marcar para terça-feira a reunião da Mesa destinada a encaminhar à Polícia Federal pedido de perícia em documentos dele provocou novo impasse ontem no Plenário do Senado. Vários senadores da oposição – e alguns da base de apoio do governo – protestaram contra a decisão e voltaram a pedir que Renan não interfira para atrasar o trâmite do processo movido pelo PSOL contra ele no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Depois de divulgar uma nota à imprensa, na qual explicava as razões de convocar a Mesa para terça, Renan deixou as dependências da Casa, enquanto no Plenário registrava-se um acalorado debate e uma disputa regimental em torno da convocação da Mesa e também do impedimento do presidente para adotar procedimentos a respeito da representação do PSOL.

Às 15h30, o líder do DEM, senador José Agripino (RN) pediu a palavra e abordou pela primeira vez a questão da Mesa, que até aquele momento não havia sido convocada. Os trabalhos estavam sendo presididos pelo 3º secretário, senador César Borges (DEM-BA). Às 15h42, o senador Tião Viana (PT-AC), 1º vice-presidente, já na presidência da sessão plenária, anunciou que a secretária-geral da Mesa, Cláudia Lira, encontrava-se na Presidência entregando a Renan a documentação do Conselho de Ética referente à perícia.

Por volta das 16h10, além de Agripino, já haviam se manifestado a favor da convocação da Mesa ontem os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Osmar Dias (PDT-PR).

– Estamos, sim, vendo o Senado Federal se arrastando, sem votar. A posição do PDT é de que o senador Renan Calheiros se afaste da Presidência até que esse assunto seja resolvido pelo Conselho de Ética. E seria bom que o presidente Renan Calheiros realmente marcasse essa reunião, agilizasse os procedimentos e permitisse que o Conselho de Ética desse uma satisfação ao Plenário da Casa e também ao país – disse Osmar Dias.

Comunicado

Às 16h12, Tião Viana leu para os colegas um comunicado de Renan justificando a decisão sobre a reunião da Mesa, o que levou o senador Demostenes Torres (DEM-GO) a pedir que o vice-presidente avocasse para si a convocação da Mesa, ainda ontem, uma vez que Renan estaria impedido de atuar numa causa que lhe dizia respeito. O vice, observou Demostenes, é o substituto de Renan nas ausências ou impedimentos.

O pedido de Demostenes foi rejeitado por Tião Viana, sob o argumento de que Renan estava no pleno exercício do cargo, sem qualquer impedimento legal para tratar da convocação da Mesa, embora pudesse estar impedido de fazer julgamentos [sobre a representação]. Demostenes, então, propôs que essa avocação fosse apoiada em requerimento – o que mais tarde acabou ocorrendo formalmente –, mas Tião Viana advertiu que o expediente regimental adequado seria a questão de ordem, e que, se esta fosse encaminhada, seria enviada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o que também acabou ocorrendo.

O requerimento formal foi assinado por Demostenes e pelos

senadores José Nery (PSOL-PA), Marconi Perillo (PSDB-GO), José Agripino, Tasso Jereissati, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Eliseu Resende (DEM-MG) e Cristovam Buarque (PDT-DF) e adicionava ao impedimento ético de Renan o fato de ele não estar nas dependências do Senado, pois não comparecera ao Plenário nem assinara a lista de presença. Tião Viana respondeu dizendo que Renan poderia comparecer até o final da sessão.

Apoio

Às 16h36, a decisão de Renan obteve o apoio do senador Wellington Salgado (PMDB-MG):

– O presidente recebeu e tomou a decisão cabível, mandou citar as partes, dentro do prazo legal. É a próxima reunião deliberativa, na terça-feira. O que é que ele está atrasando? Estou sendo cobrado no estado de Minas, em Uberlândia, em situação de desconforto. Em função da nossa situação de desconforto, vamos abrir mão do estado democrático de direito? – questionou Wellington.

Às 16h40, o senador José Nery invocou acordo que, segundo ele, fora feito na quarta-feira, no Plenário, com anuência de todos os líderes, de todos os senadores presentes e dos membros da Mesa, de que ontem, após a reunião da comissão de relatores, a Mesa se reuniria. Tião Viana teria sido informado desse entendimento pelo telefone, já que estava no Rio de Janeiro.

Diante do impasse, Jereissati disse que a crise em torno do processo de Renan chegara ao limite e que, se a Mesa não fosse convocada ontem, os senadores não deveriam mais comparecer a votações comandadas por Renan. Ele questionou a justificativa de

Renan, argumentando que a comunicação do pedido de perícia fora recebida pelo presidente do Senado, e que, portanto, ele já estava notificado. Nery então manifestou-se dizendo que o PSOL se declarava notificado. O senador Almeida Lima contestou esse ponto de vista, argumentando que Renan tinha o direito de ser notificado por meio de seu advogado dentro dos prazos legais.

– Por que então não fazem uma fogueira ou armam uma força na porta do Senado? – ironizou Almeida Lima, repetindo palavras ditas por Renan, em Plenário, na terça-feira.

Oposição deixa o Plenário

Logo depois, Jereissati deixou o Plenário acompanhado de outros senadores, mas o debate prosseguiu até as 18h30, quando mais uma vez o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) pronunciou-se em defesa de Renan. Em sua primeira manifestação, às 17h22, ele criticara a postura dos opositores:

– A questão se transformou em uma batalha política, que põe em confronto forças que têm anseios, desejos e que querem, em última instância, o lugar do senador Renan Calheiros. Mas não só o poder de dirigir o Senado. Também o poder político no Brasil. Se não considerarmos nesses termos, aí, sim, vamos querer dar uma de inocente em um Plenário onde não há nenhum inocente. Aqui não há inocentes. Aliás, não há inocentes nem santos. Falo de inocentes nos termos da inocência infantil.

Inácio foi além:

– Não conhecemos os senhores arautos da moral e da ética que estão levantando a questão agora? Conhecemos ou não? Sabemos ou não quem são? Enfrentamo-

nos ou não? Saímos ou não de uma batalha eleitoral e política acirrada no Brasil? – perguntou Inácio.

Já as 18h20, a declaração de Inácio Arruda foi respondida pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM):

– O senador Inácio Arruda está na obrigação de declinar o nome dos senadores corruptos, aqueles que não são confiáveis, a começar por mim. Se crê haver alguma coisa a dizer de mim, por favor, suba à tribuna e diga agora, ou será instado a depor no Conselho de Ética por provocação da Liderança do PSDB, para lá, se não o fizer aqui, apontar os senadores que não são confiáveis. Não vamos permitir essa coisa de vala comum, não! Não vamos tolerar isso!

Antes de Inácio haviam se pronunciado pela imediata convocação da Mesa e a não interferência de Renan no processo os senadores Renato Casagrande (PSB-ES), um dos relatores da representação, a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) e o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Patrícia Saboya esclareceu, em resposta a Inácio Arruda, que sua batalha era pela ética e não contra o governo, já que seu partido apoiava o governo. Cristovam disse estranhar a atitude de Renan:

– Talvez o presidente Renan tenha perdido todo o contato com a realidade, talvez ele não tenha o sentimento da situação que vive, que vive o Senado, que vive a democracia. É claro que ele sabe e todos nós sabemos as razões das investigações – assinalou.

▶ Continua na página 5

▶ Continuação da
página 4

Outro senador a se manifestar durante a sessão foi Valter Pereira (PMDB-MS). Na opinião dele, a falta de regras atrapalha o funcionamento do conselho. Para Valter Pereira, o debate devia-se à tomada de decisões por Renan, que estaria “conspirando contra ele próprio”. O senador sugeriu que o comando da Mesa, para efeito das decisões do conselho, seja do vice-presidente Tião Viana. Já o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) contestou as afirmações de Inácio Arruda sobre a falta de inocentes no Senado.

O senador Sérgio Guerra criticou Wellington Salgado por ter feito uma “acusação equivocada” – a de que os senadores estariam pedindo a cassação do mandato do senador Renan Calheiros, sem comprovar os fatos.

– Nenhum senador até hoje entre todos mencionou a cassação do senador Renan – disse Sérgio Guerra.

Serenidade

Na parte final do debate, o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) e a líder do Bloco da Maioria, Ideli Salvatti (PT-SC), pediram equilíbrio e serenidade aos senadores. Para Garibaldi, a opinião pública está perplexa diante da incapacidade de 81 senadores darem “o devido curso ao julgamento, mas um resultado justo, com a devida investigação e não, como querem alguns, que acabe pela inanição, pelo cansaço”. Ideli opinou no sentido de que a Mesa deveria se reunir rapidamente para acelerar o processo de investigação.

– A investigação é absolutamente necessária. A sociedade espera que tenhamos a capacidade para concluir o processo dentro da legalidade – disse, às 18h12.

Às 18h30, a discussão terminaria com um esclarecimento da parte de Inácio Arruda:

– Se algumas das minhas palavras foram consideradas generalizações, estão retiradas, não há problema. A palavra foi inocência – inocência política. Porque sabemos quem somos e sabemos a batalha que está sendo travada. No Conselho de Ética, estive presente em quase todas as reuniões, mesmo sem ser membro. Não se quer olhar um papel sequer. No Conselho de Ética, quer-se decidir na política.

Presidente do Senado, ao justificar sua decisão, alega a necessidade de tempo para notificar advogados das duas partes



Renan fala aos jornalistas ao sair de seu gabinete, na Presidência do Senado

Renan nega protelação e reafirma interesse em apuração rápida

O presidente do Senado, Renan Calheiros, negou qualquer intenção protelatória em sua decisão de marcar para terça-feira a reunião da Mesa do Senado destinada a analisar o pedido de perícia da Polícia Federal em documentos que apresentou em sua defesa ao Conselho de Ética. Ao sair de seu gabinete, por volta das 17h, ele foi questionado por jornalistas sobre os motivos do adiamento da reunião prevista para ontem.

– Ninguém tem mais interesse do que eu que esse processo corra rápido, porque eu quero demonstrar a minha inocência. O que aconteceu? Mandaram três documentos para a Mesa diretora. O terceiro documento chegou às 16h32 e eu marquei a reunião para o próximo dia que tem sessão ordinária, terça-feira. Tão logo recebi os documentos, marquei a reunião – afirmou.

Durante sessão plenária realizada ontem, presidida pelo vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), diversos parlamentares protestaram contra a decisão do presidente da Casa de agendar a reunião da Mesa para a próxima terça-feira.

Notificação

O senador Tião Viana leu ontem, em Plenário, uma nota em que o presidente do Senado justificava o adiamento da reunião da Mesa. De acordo com a nota, a reunião foi marcada para a próxima semana a fim de assegurar tempo suficiente para a notificação dos advogados das partes do processo sobre o pedido da perícia, ou seja, os advogados de Renan Calheiros e do PSOL, partido responsável pela representação contra o senador por quebra de decoro no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

Líderes da oposição anunciam que ficarão em vigília até terça

Líderes do PSDB e do DEM e alguns senadores de outros partidos decidiram, em rápida reunião no fim da tarde de ontem, que manterão vigília até terça-feira, à espera da reunião da Mesa para decidir sobre o pedido do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para que a Polícia Federal aprofunde as investigações sobre os documentos apresentados pelo

senador Renan Calheiros.

– Vamos ficar em vigilância e esperar a reunião de terça-feira. O quadro está se deteriorando. Caso haja alguma manobra na terça, temos alternativas – afirmou o senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB.

A reunião teve ainda a presença do líder do DEM, senador José Agripino (RN), o qual observou que o Regimento

Virgílio desafia Inácio a dizer quem são os senadores corruptos

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), desafiou o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) a dizer os nomes dos “senadores corruptos, aqueles que não são confiáveis”. Caso contrário, seria instado a depor no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por provocação da Liderança do PSDB.

“Se vossa excelência conhece algum senador que não seja merecedor de confiança pública e se sabe de algo grave a envolver esse senador – e vossa excelência teria dito, mais gravemente, que são muitos senadores, que quase todos, aliás ‘a maioria esmagadora dos senadores não mereceria confiança no campo

ético’ –, então, se vossa excelência, por qualquer razão, não declina o que sabe, vossa excelência, que sempre mereceu de mim fraterna amizade e respeito, estaria sendo cúmplice do autor do malfeito. Se vossa excelência não sabe e, ainda assim, acusa os seus colegas, vossa excelência estaria em mim causando uma decepção muito profunda”, afirmou o líder do PSDB.

O senador Arthur Virgílio também explicou que a decisão do partido de se retirar do Plenário valeu apenas para a sessão de ontem, “porque não haveria sentido que isso virasse uma tática permanente”.

“Vamos investigar os fatos e não entrar na batalha política”

O senador Inácio Arruda explicou que não quis generalizar quando afirmou que “são raros os inocentes na política”. A expressão foi usada durante discussão de senadores sobre a demora no desenrolar do processo por suposta quebra de decoro contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. Diante da afirmação de Inácio Arruda, Arthur Virgílio ameaçou recorrer contra ele ao próprio Conselho de Ética.

– Se algumas das minhas palavras foram consideradas generalizações, estão retiradas, não há problema. A palavra que usei foi “inocência”, para dizer inocência política, só quis dizer que somos muito claros, que sabemos quem somos e sabemos a batalha que está sendo travada – disse Inácio.

Na avaliação do senador

pelo PCdoB, “o julgamento de Renan no Conselho de Ética deve ater-se aos fatos, sem se deixar contaminar por interesses políticos”.

– O que temos de fazer é um debate de mérito. Não podemos enfrentar essa questão como uma questão política. Quando se trata de denúncia no Conselho de Ética por quebra de decoro, vamos investigar os fatos, não vamos entrar na batalha política. Se quiserem entrar na batalha política, o terreno é outro, não é o Conselho de Ética – assinalou.

Contrariando outros senadores que já sugeriram o licenciamento de Renan da Presidência da Casa, Inácio frisou que o presidente do Senado “tem todo o direito” de permanecer no cargo. Segundo ele, essa é uma decisão de “foro íntimo”.

do Senado ampara a decisão do presidente Renan Calheiros de realizar a reunião da Mesa só na terça-feira.

Antes do encontro entre os opositores, José Agripino afirmou, em entrevista à imprensa, que teve início “um enfrentamento entre a Presidência do Senado e o Plenário”, e não entre governo e oposição.

– O presidente do Senado está pensando muito mais em si próprio do que na instituição. Ele está imaginando que esta é uma questão pessoal – disse Agripino.

Para Demostenes Torres (DEM-GO), integrante do Conselho de Ética, o presidente do Senado “despachou processo contra ele mesmo”, ao adiar a reunião da Mesa.



Jane Araújo

Ellen Gracie, Ideli, Mozarildo e Tuma decidem buscar propostas para agilizar processos penais

Senadores buscam no Supremo ajuda para combater impunidade

O grupo de trabalho para o combate à impunidade, criado no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), reuniu-se ontem com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie.

Durante a reunião, os senadores Romeu Tuma (DEM-SP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Ideli Salvatti (PT-SC) conheceram estudo realizado pelo STF apontando causas da morosidade da Justiça e acertaram acordo de cooperação, por meio do qual o tribunal deverá apresentar várias propostas de modificação na legislação penal que permitirão agilizar os julgamentos.

De acordo com a coordenadora do grupo, Ideli Salvatti, a ministra Ellen Gracie designou membros de sua própria assessoria para realizar consulta a magistrados de todo o país e colher sugestões

para uma reforma do Código de Processo Penal. No dia 7 de agosto os senadores deverão voltar ao STF para discutir e acolher os resultados do levantamento.

– O que ficou muito claro é que o Judiciário está ansioso para que a legislação possa ser aperfeiçoada, de forma que se assegure o pleno direito de defesa e que se tenha agilidade no processo – disse Ideli.

Antes da visita ao STF, o grupo se encontrou com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, Leonardo Picciani (PMDB-RJ). Na reunião, o deputado se comprometeu a realizar levantamento dos projetos sobre o tema que estão tramitando na Câmara e a agilizar a apreciação de dez projetos sobre segurança pública aprovados no Senado no final de abril.

Gilvam destaca deliberações importantes do Congresso

Para Gilvam Borges (PMDB-AP), “embora a opinião pública venha expressando mal-estar e descrédito em relação ao sistema político em geral, o Legislativo vem se empenhando na votação de matérias de importância para o país”, como relatório do deputado João Leão (PP-BA) sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008, aprovado na quarta-feira.

Segundo ele, a atuação de um senador não se esgota na aprovação de matérias, tendo em vista que a amplitude da atividade legislativa exige completa dedicação dos parlamentares no Plenário, nas comissões permanentes, temporárias, CPIs e em seus estados. “Isso sem falar na preparação de projetos, pareceres e acompanhamento de projetos.” O senador explicou o que considera uma das principais atribuições – “exaustiva, porém compensadora” – do parlamentar:



Gerardo Magela

Gilvam pede liberação de recursos para ampliação do aeroporto de Macapá

lutar para que as emendas sejam aprovadas pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e, depois, fazer pressão junto ao governo para que a verba seja liberada.

Gilvam aproveitou para pedir ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, a liberação de recursos para a conclusão das obras de ampliação do aeroporto de Macapá, cujos recursos foram contingenciados.

Líder do governo diz esperar que haja quórum para análise de medidas – entre as quais a que criou o Instituto Chico Mendes –, permitindo a desobstrução da pauta antes do recesso

Jucá conclama senadores a votarem MPs e Supersimples na terça-feira

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), conclamou os senadores a votarem na próxima terça-feira o projeto de lei complementar da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que promove uma mudança tributária para o setor por meio do Supersimples.

Jucá afirmou que “mais de 3 milhões de empresas dependem da votação desse dispositivo (PLC complementar 43/07), que altera o prazo de opção pelo Supersimples de 31 de julho para 15 de agosto”, e advertiu que, para poder analisar essa proposta, é necessário antes votar as medidas provisórias que estão sobrestando a pauta do Senado.



Gerardo Magela

Jucá: esperamos votar essas matérias, nem que seja simbolicamente

Por isso, ele dirigiu apelo aos senadores para que, pelo menos 41 parlamentares (metade mais

um), possam votar a ordem do dia da terça-feira, desobstruindo a pauta do Plenário antes do recesso parlamentar que começa na quarta. Entre as MPs que travam a pauta, exemplificou, está o projeto de lei de conversão que divide as atribuições do Ibama, criando o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (PLV 19/07).

– Espero na terça-feira construir entendimento para a votação do Supersimples e tratar do Instituto Chico Mendes. Esperamos votar essas matérias, nem que seja simbolicamente. Mesmo que alguns senadores não estejam a favor dos projetos, esperamos atingir o quórum necessário à desobstrução das matérias.

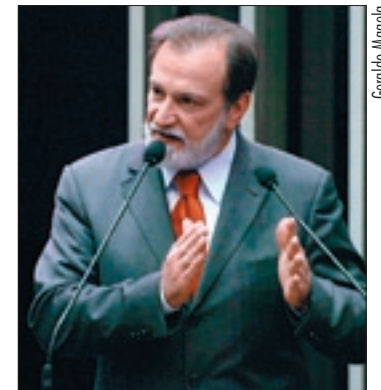
Osmar Dias quer pressa no exame de mudança na Lei das Microempresas

Osmar Dias (PDT-PR) fez um apelo aos senadores para que votem com urgência o projeto que altera a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, definindo que todas as empresas integrantes do Simples Federal, extinto no dia 1º, possam migrar para os benefícios do novo Supersimples.

– O Senado deveria resolver esse assunto. Fizemos um acordo com essa finalidade ao discutir a matéria na Comissão de Assuntos Econômicos. Seria importante, inclusive, que incluíssemos outros

setores no Supersimples, como o de saúde, os corretores de seguros, os representantes comerciais, segmentos que não foram e que precisam ser contemplados por essa lei, pois seu objetivo é exatamente gerar empregos, viabilizar novos empreendimentos no país e fazer com que a economia cresça.

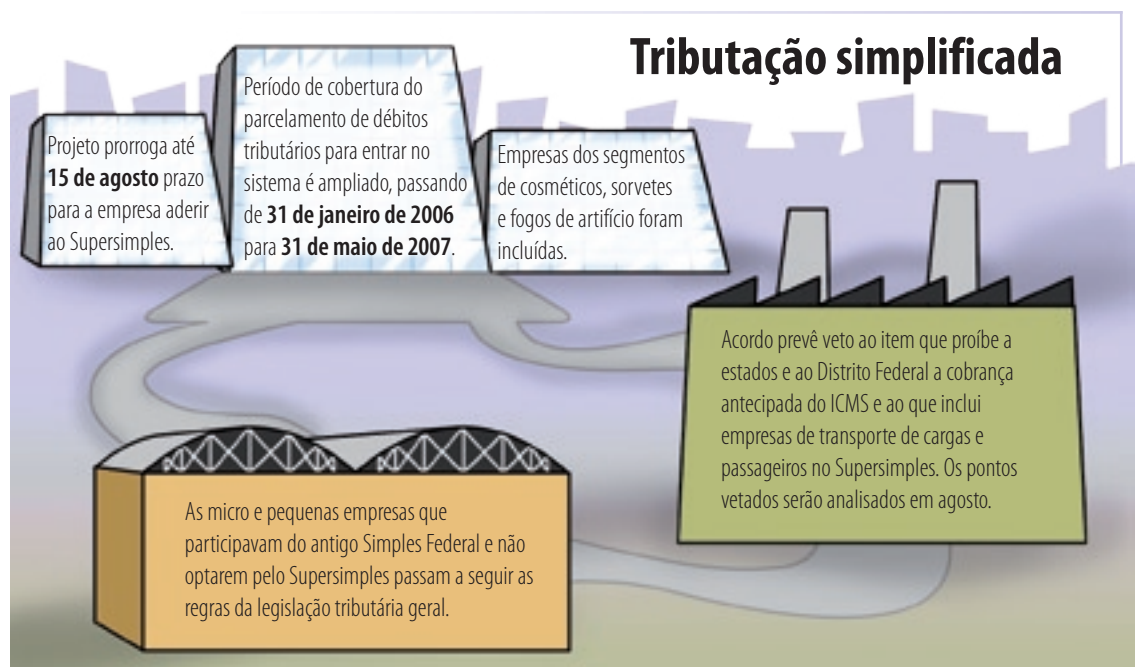
O senador sugeriu que os líderes partidários entrem em acordo para votar as medidas provisórias que estão trancando a pauta, permitindo que se vote em seguida o projeto sobre o Supersimples.



Gerardo Magela

Osmar Dias pede que líderes entrem em acordo para desobstruir a pauta

Em aparte, Adelmir Santana (DEM-DF) lembrou que as micro e pequenas empresas estão à espera da votação do PLC 43/07.



Wilson Matos propõe ampliação do tempo de permanência na escola

Ao despedir-se ontem do Senado, Wilson Matos (PSDB-PR), que exerceu por quatro meses o mandato de senador, como suplente de Alvaro Dias (PSDB-PR), pediu o apoio dos parlamentares para projetos de lei que apresentou no período visando aumentar o tempo de permanência dos alunos nos ensinos básico e superior.

– Apesar de já haver percorrido, como educador, um itinerário profissional marcado por muitas lutas, as experiências aqui incorporadas ampliaram em larga medida a minha visão sobre a realidade nacional – afirmou.

Wilson Matos também criticou projeto em tramitação na Câmara dos Deputados que suspende por dez anos a criação de faculdades de Medicina.

– Nós temos ainda mil cidades brasileiras sem médico. Temos mais de 3 mil jovens brasileiros fazendo Medicina na Argentina, Bolívia, Venezuela, Cuba e outros países da América do Sul, por falta de vagas no Brasil. Temos estado brasileiro sem sequer uma faculdade de Medicina.

Atuação

Em apertes, vários senadores elogiaram a atuação do parlamentar. Magno Malta (PR-ES) disse que Matos deixa várias propostas na área de educação. Marconi Perillo (PSDB-GO) parabenizou o representante paranaense pela passagem “altamente produtiva, apesar de curta”, pelo Senado.

Já Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que Wilson Matos dei-



Geraldo Magela

Wilson Matos critica projeto que proíbe criação de novas faculdades de Medicina

xará saudades, “principalmente pelo seu comportamento e pela inteligência singular”. Augusto Botelho (PT-RR) assinalou que Matos participou de todas as comissões, enquanto Mão Santa (PMDB-PI) o incluiu no primeiro time de senadores que defendem a educação.

Gilvam Borges (PMDB-AP) ressaltou que o colega engrandeceu a Casa. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) observou que Matos demonstrou capacidade e disposição de trabalho. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) acentuou que o Paraná pode se orgulhar do trabalho desenvolvido pelo senador.

Por sua vez, Osmar Dias (PDT-PR) disse ter sido testemunha do trabalho de Wilson Matos no Senado e em Maringá, onde ele dá oportunidade e estudo a milhares de jovens. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) enfatizou o conhecimento do parlamentar na área de educação. César Borges (DEM-BA), que presidia a sessão, desejou que Matos “continue servindo ao povo do Paraná como fez nos quatro meses em que esteve na Casa”.

Senador comenta denúncia de envolvimento de organizações não-governamentais em licitações fraudulentas na Petrobras e pede agilidade na instalação de CPI

Heráclito reafirma necessidade de investigação sobre as ONGs

“Todos os escândalos que o Brasil viveu ultimamente têm a proteção de uma ONG [organização não-governamental].” A afirmação foi feita ontem pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI), em Plenário. Ele comentou a suposta participação desse tipo de entidade em irregularidades que teriam sido verificadas em relação à Petrobras, conforme apurou recentemente a Polícia Federal, em ação que apontou fraudes em licitação para serviços de reparos em plataformas marítimas.

Em seu discurso, o senador ressaltou que desde a legislatura anterior vem pedindo a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as ONGs e cobrando providências das autoridades na apuração das denúncias relacionadas a essas organizações.

– Quero uma CPI para investi-



Geraldo Magela

Heráclito: “Quero uma CPI que proteja ONGs bem-intencionadas e puna as desonestas”

gar as ONGs, mas uma CPI que proteja as bem-intencionadas e puna as desonestas. Em que pese ter conseguido um recorde de assinaturas, regimentalmente não tivemos condições de instalá-la, embora esteja marcada para o início do agosto – afirmou.

De autoria de Heráclito Fortes, o requerimento para a criação

dessa comissão foi lido em 15 de março, em Plenário. A CPI iria inicialmente apurar a transferência de recursos às ONGs e às organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), no período de 2003 a 2006. No dia 20 do mesmo mês, foi aprovado requerimento que retrocede as investigações a 1999.

Heráclito recebeu apertes de José Agripino (DEM-RN), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). Agripino disse que os integrantes da CPI deverão ser indicados em agosto e Mozarildo lembrou que o funcionamento das ONGs já foi investigado por uma CPI que funcionou de 2001 a 2002.

Segundo Heráclito, a atuação suspeita de ONGs na Petrobras vinha sendo destacada por Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), em discursos no Plenário.

Marconi cobra regulamentação da Lei de Responsabilidade Fiscal

Marconi Perillo (PSDB-GO) fez um apelo ao Senado e à Câmara dos Deputados no sentido de agilizar a votação de três projetos que regulamentam dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Enviadas ao Congresso ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, as propostas tratam do enquadramento da União às exigências impostas pela LRF.

– Assim como para estados e municípios, a Lei de Responsabilidade Fiscal tem que valer para a

União – frisou.

Conforme explicou, uma das propostas fixa limites globais para o montante da dívida líquida consolidada da União. O texto, disse, tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde aguarda indicação de relator.

Já o PL 3.744/00, que cria o Conselho de Gestão Fiscal, está na Comissão de Trabalho da Câmara e, antes de ser encaminhado ao Senado, deverá ser apreciado pelas comissões de Finanças e de Justiça.



Cátio Azeredo

LRF deve valer para a União, e não só para estados e municípios, observa Marconi

O terceiro projeto (PL 3.431/00) estabelece limites para a dívida mobiliária federal. Aprovada pela Comissão de Justiça da Câmara, a matéria deverá passar pelo crivo da Comissão de Finanças antes de chegar ao Senado.

Conheça o Senado
Você também vai se encantar

2ª a 6ª feira
Manhã - 9h30 10h30 11h30
Tarde - 14h30 15h30 16h30

Sábados, domingos e feriados
10h 11h 12h 13h 14h

VISITE O SENADO
www.senado.gov.br

Maranhão defende a transposição do São Francisco

José Maranhão (PMDB-PB) voltou a defender o projeto de transposição de águas do rio São Francisco como saída para os problemas enfrentados pelo Nordeste setentrional, formado pelos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Conforme informou, a integração com o São Francisco, por meio dos eixos norte e



Geraldo Magela

De acordo com José Maranhão, 83% dos brasileiros são favoráveis ao projeto

leste, deverá garantir uma vazão de 26,4 metros cúbicos por segundo, o que corresponderia a apenas 1,4% da vazão regularmente liberada pela represa de

Sobradinho, na Bahia.

O fornecimento de água diária por esses eixos também será comparável, disse o senador, ao volume diário de evaporação no lago da represa de Itaparica, na divisa entre Pernambuco e Bahia. Esses dados levaram José Maranhão a assegurar que o projeto do São Francisco não vai afetar a sustentabilidade ambiental do rio.

– Segundo pesquisa recente, 83% dos brasileiros são favoráveis à transposição, inclusive aqueles que moram no Sul do país – comentou.

Defensores da proposta de Flexa Ribeiro acreditam que cultura nacional terá mais espaço, enquanto críticos advertem que regras não se aplicam à internet, que tem caráter mundial

Proteção a conteúdo de meios eletrônicos causa polêmica

Representantes de entidades ligadas ao cinema, rádio, TV, operadoras de celulares e provedores de internet debateram ontem proposta que restringe a brasileiros natos, ou naturalizados há mais de dez anos, a produção, a programação e o provimento de conteúdo para distribuição por meio eletrônico. A restrição, prevista em projeto do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), tramita na Comissão de Educação (CE).

A reunião de ontem foi a segunda da Comissão de Educação (CE), em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, para discutir o tema.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso de Serviços e Informações da Rede Internet (Abranet), Eduardo Fumes Parajo, o projeto (PLS 280/07) não tem condições de ser aplicado à internet, pois, explicou, esse meio de comunicação tem caráter internacional.

Gustavo Dahl, presidente do Conselho da Cinemateca Brasileira, defendeu a desconcentração da produção nacional nos meios de comunicação eletrônicos como



Cristovam (C) coordena debate com representantes de entidades interessadas no projeto

forma de equilibrar o mercado e abrir espaço à cultura nacional.

O senador Flexa Ribeiro, autor do projeto, disse que a iniciativa visa preservar e proteger o conteúdo nacional dos efeitos da globalização e, ao mesmo tempo, dar oportunidade para que a “rica” cultura nacional também possa ser um produto de exportação.

Incentivo

O presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), João Carlos Saad, defendeu maior participação do conteúdo nacional nas emissoras de TV, bem como a aprovação de uma lei,

pelo Congresso, para proteger e incentivar a produção nacional. O membro do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Juliano Maurício de Carvalho, fez várias críticas ao projeto e defendeu a criação de uma comissão formada por senadores e deputados, para debater o tema em profundidade.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), relator do projeto na CE, propôs uma audiência com o grupo de trabalho que está elaborando, no âmbito do governo federal, o anteprojeto da Lei Geral da Comunicação Social.

Mozarildo: PF prepara “operação de guerra” em reserva indígena

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) denunciou ontem da tribuna que a Polícia Federal prepara “uma verdadeira operação de guerra” para retirar milhares de moradores da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Ele lembrou que o Supremo Tribunal Federal ainda não se manifestou sobre uma ação dos moradores das quatro cidades que estão dentro da reserva e que não aceitam o decreto do presidente Lula que fixou a área indígena.

O senador leu em Plenário documento que, informou, lhe foi repassado por um policial que não concorda com a operação, o qual detalha como seria realizada. O documento menciona o deslocamento de centenas de policiais de outros estados, reivindica apoio logístico do Exército e da Aeronáutica e pede o uso de dois helicópteros, balas de borracha

e bombas de gás para contenção de motins.

– Para que essa operação de guerra? Para combater o narcotráfico ou alguma subversão da ordem em Roraima? Não. É para combater trabalhadores que estão lá, produzindo e gerando mais de seis mil empregos diretos e indiretos – afirmou.

Pressão

Segundo Mozarildo, o presidente Lula assinou o decreto de criação da reserva pressionado por ONGs e pela Igreja Católica e que o laudo antropológico, assinado “por poucas pessoas que se acham colegas de Deus”, atesta que a região historicamente sempre foi ocupada por algumas etnias.

– Ora, a maioria dos índios que se encontra em Roraima veio do Caribe, onde foram perseguidos pelos espanhóis. Vamos tentar fazer exames de DNA para saber



Existe hoje na região uma população miscigenada, argumenta Mozarildo

se as pessoas que estão sendo expulsas não são mesmo indígenas. Lá hoje existe, isto sim, uma população miscigenada – acrescentou.

O senador lembrou que a reserva Raposa Serra do Sol foi criada com 1,7 milhão de hectares. Se o governo tivesse preservado as quatro cidades abrangidas, explicou, ela ainda continuaria com 1,4 milhão de hectares. Segundo Mozarildo, uma parte dos indígenas destas cidades hoje está no funcionalismo público.

Especialistas defendem implantação gradual do rádio digital no Brasil

A implantação do rádio digital no Brasil deve ser realizada de forma gradual, segundo a opinião de participantes da audiência pública que discutiu o tema, ontem, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O debate foi realizado por iniciativa do presidente da comissão, senador Wellington Salgado (PMDB-MG).

Para o assessor especial da Casa Civil da Presidência da República, André Barbosa Filho, a transição para o novo sistema deve disponibilizar prazo para que os usuários adquiram os novos equipamentos. Ele informou que receptores de rádio digital são importados e têm custo muito alto – cerca de 150 dólares – para o poder aquisitivo da maioria da população brasileira.

André Barbosa disse também que o Brasil deve aproveitar a oportunidade da implantação do novo sistema para estimular a fa-

bricação nacional de novos equipamentos, uma vez que há mais de dez anos a indústria nacional está paralisada. A produção nacional dos receptores poderá contribuir para baixar o preço dos equipamentos ao consumidor. Em resposta ao senador Romeu Tuma (DEM-SP), ele ressaltou acreditar que há risco de a indústria chinesa dominar o mercado de equipamentos no Brasil.

O assessor técnico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Ronald Barbosa, defendeu que a migração para o rádio digital aconteça de forma imperceptível para a população. Ele frisou que, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), 98% dos domicílios do país possuem receptores de rádio. Esse número de pessoas que ouve rádio deve ser levado em conta no momento da implantação do rádio digital, alertou.



Sosa (D), Lúcio, Ronald e André Barbosa em audiência presidida por Wellington Salgado (C)

Custo para tornar realidade nova tecnologia é o principal desafio

A implantação da tecnologia de rádio digital no país pode ser condenada ao fracasso se faltarem esforços para a redução dos custos dos equipamentos, sejam os de transmissão ou os receptores. O alerta foi feito ontem por participantes de audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia, dedicada ao exame do processo de implantação da rádio digital no Brasil.

– Uma emissora não vai gastar trinta mil dólares para substituir um sistema de transmissão que, apesar de tudo, já está funcionando – disse o professor Lúcio Martins da Silva, da Faculdade de Tecnologia da Universidade de Brasília (UnB).

O professor apresentou ainda as opções existentes para o futuro sistema de transmissão de rádio digital. Segundo Lúcio, há quatro padrões disponíveis: o IBOC,

dois de origem européia (DAB, o primeiro a ser desenvolvido, e o DRM) e o japonês (ISDB-T). Disse que todos apresentam qualidades e defeitos, mas defendeu, como critério de escolha, a adição de padrão que permita às emissoras transmitir, de forma simultânea, pelo sistema digital e pelo atual padrão analógico.

No caso das emissoras de rádio, o problema dos custos dos transmissores poderia ser superado por meio de um programa oficial de financiamento, como sugeriu o diretor executivo do grupo RF/Televó, Jakson Alexandre Sosa.

O senador Augusto Botelho (PT-RR) manifestou a expectativa de que o novo padrão possa contribuir para a democratização do sistema de radiodifusão do país, na sua opinião, ainda muito concentrado e controlado, no interior, por líderes políticos.